

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA KAEZER E FIGUEIREDO LTDA – EPP RELATIVO A INABILITAÇÃO EM SUBÁREA “GESTÃO DO CONHECIMENTO” DURANTE PROCESSO DE SELEÇÃO DE EMPRESAS CREDENCIADAS, NA FORMA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA NR 01/2017 – SEBRAE/MT.

A Presidente e Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT, instituída nos termos da Portaria nr 41/2017 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **KAEZER E FIGUEIREDO LTDA – EPP**.

1. DO RECURSO

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **KAEZER E FIGUEIREDO LTDA – EPP** contra sua não inabilitação em uma das subáreas propostas, qual seja, “GESTÃO DO CONHECIMENTO” em Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT.

O recurso foi recebida tempestivamente em 30/03/2018, via e-mail.

A recorrente **KAEZER E FIGUEIREDO LTDA – EPP**, alegou em apertada síntese:

1. Que havia sido enviado em 13/12/2017 email solicitando que os Atestados de Capacidade Técnica da Subárea Inteligência Competitiva, da área Inovação, fosse considerado para sua habilitação na subárea Gestão do Conhecimento.
2. Pede revisão e correção da inabilitação na subárea GESTÃO DO CONHECIMENTO.

É o relatório.

2. DO JULGAMENTO

2.1 - PRELIMINARMENTE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidos daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Da análise realizada, vemos que sua não habilitação se deu em face da não apresentação de atestados que contemplassem a todas as subáreas em que a empresa se inscreveu, pois, os atestados apresentados: 1) **MT0320130178**, 2) **MT0720120094**, 3) **MT1020160101** e 4) **MT0420150042**, possuem em seu objeto de contratação as seguintes descrições na prestação de serviços: 1) Consultoria de orientação sobre o projeto de saúde; 2) Realizar consultoria para atualizar Planos de Inovação; 3) Realizar consultoria de inteligência de mercado utilizando ferramentas de Canvas, 5 forças, matriz SWOT; 4) Realizar consultorias CANVAS com apresentação dos conceitos;

A recorrente pleiteou a utilização dos atestados acima mencionados na subárea GESTÃO DO CONHECIMENTO e conforme apresentado no ANEXO I do Edital de Credenciamento a descrição das Áreas e Subáreas de Conhecimento, conforme abaixo:

11.6. Gestão do Conhecimento: modelos, indicadores, ferramentas, infraestrutura, socialização do conhecimento, tratamento de informações e documentos, capitais do conhecimento, gestão de ativos intangíveis de conhecimento.	<ul style="list-style-type: none">- Vínculo formal de sócio ou empregado com a pessoa jurídica- Formação escolar: nível superior completo, preferencialmente em Ciência da Informação ou Biblioteconomia- Domínio dos conteúdos listados na subárea
---	---

Concluimos que os atestados não contemplam a subárea de conhecimento para qual se inscreveu, não sendo possível a comprovação de domínio dos conteúdos listados na subárea, por ausência de atestados que comprovem conhecimento na subárea GESTÃO DO CONHECIMENTO.

Em razão do exposto e não havendo motivos significantes que justifiquem a retificação da decisão da não habilitação da empresa recorrente, a Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT **recomenda** à Autoridade Competente considerar **IMPROCEDENTE o recurso** apresentado e ora analisado, conforme acima, ratificando a inabilitação da empresa na subárea GESTÃO DO CONHECIMENTO.

Cuiabá/MT, 05 de Abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

Zaira Pereira de Melo

Presidente da Comissão CASGF do SEBRAE/MT

[Documento original assinado no processo]

Jonilson Anelli

Membro da Comissão CASGF

[Documento original assinado no processo]

Adriana Rodrigues da Silva

Membro da Comissão CASGF

Em 05 (cinco) de abril de 2018, eu Diretor-Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **IMPROCEDENTE** o recurso, apresentada pela empresa **KAEZER E FIGUEIREDO LTDA EPP**, mantendo-se a decisão da Comissão de Licitação do SEBRAE/MT referente ao EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA 01/2017 – SEBRAE/MT, conforme consta em ata anexa ao processo licitatório.

Cuiabá/MT, 05 (cinco) de abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO
Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso